

Ano V - Edição 52

F E N A C O N

Abril de 2000

Publicação Mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas

FACTORING

**Uma atividade muito
além do desconto de títulos**

EXCLUSIVO
Estudo traça perfil do
empresário contábil
brasileiro

Fenacon na Internet:
acesse <http://www.fenacon.org.br>



Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas filiados à FENACON

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

-  **SESCON/ Alagoas**
Pres.: Anastácio Costa Mota
R. Dr. Albino Magalhães, 185 - Bairro Farol - 57050-080 - Maceió/AL
Tel. (082) 336.3692/ 6038 - Fax (082) 336.2210
sesconal@matrix.com.br
-  **SESCON/ Bahia**
Pres.: José Rosivaldo Evangelista Rios
Praça Onze de Dezembro, 5 - sl 127 - Calçada - 40410.360 - Salvador/BA
Tel. (071) 312.0262 - Fax (071) 313.9467-9666
sesconba@cpunet.com.br
-  **SESCON/ Blumenau**
Pres.: Carlos Roberto Victorino
R.15 de novembro, 550 - 10º and - Sl 1009 89010-901 - Blumenau/SC
Telefax. (047) 326.0236 - 322.8372
sesconblumenau@flynet.com.br
-  **SESCON/ Caxias do Sul**
Pres.: Flávio Jair Zanchin
R. Ítalo Victor Bersani, 1134 - Jd. América- 95050-520 - Caxias do Sul/RS
Tel. (054) 228.2425 - Fax: (054) 222.7825
sesconcx@visão.com.br
-  **SESCON/ Ceará**
Pres.: Cleodon de Brito Saraiva
Av. Washington Soares, 1.400 - 3º andar - sl. 401 - Bairro Edson Queiroz - 60811-341 - Fortaleza/CE
Tel. (085) 224.9539
sesconce@ivia.com.br
-  **SESCON/ Distrito Federal**
Pres.: Antônio Gutenberg Moraes de Anchieta
CRS 504 Bloco C - Subsolo, 64
Asa Sul - Entrada W2
70331-535 - Brasília/DF
Telefax (061) 226.2456 - 226.1248 - 226.1269
sescondf@tba.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescondf>
-  **SESCON/ Espírito Santo**
Pres.: Haroldo Santos Filho
R. Alceu Aleixo, 117 - Térreo - Jucutuquara - 29042-010 - Vitória/ES
Tel. (027) 223.4936. Fax:(027) 223.3547
sescon@sescon-es.org.br
<http://www.sescon-es.org.br>
-  **SESCON/ Goiás**
Pres.: Antonino Ferreira Neves
Av. Goiás, 400 - Ed. Bradesco - 10º and. sl. 104 - Centro - 74010-010 - Goiânia/GO
Telefax (062) 212.4477
sescongo@international.com.br
<http://www.bbcont.com.br/sescongo>
-  **SESCON/ Grande Florianópolis**
Pres.: Antonio José Papiro
R. Araújo Figueiredo, 119
Centro Executivo Veloso - sl. 402 - 88010-520 - Florianópolis/SC
Tel. (048) 222.1409
Fax: (048) 222.0226/ 0888
sescon@brasilnet.psi.br
sescon@brasilnet.net
-  **SESCON/ Londrina**
Pres.: Osmar Tavares de Jesus
R. Senador Souza Naves, 289 - sobreloja Ed. Euclides Machado - 86010-914 - Londrina/PR
Telefax. (043) 329.3473
planotec@sercomtel.com.br
-  **SESCON/ Maranhão**
Pres.: José Ribamar Pires de Castro Filho
Av. Gerônimo de Albuquerque, S/N, sala 201 - Retorno do Calhau - 65051-200 - São Luís/MA
Telefax: (098) 246-9153
sescon-ma@elo.com.br
<http://www.elo.com.br/sescon>
-  **SESCON/ Mato Grosso**
Pres.: Elynor Rey Parrado
R. São Benedito, 851 - Bairro Lixeira - 78010-800 - Cuiabá/MT
Tel. (065) 623-1603 / Fax. 321-4831
sescon-mt@inter-fox.com.br
-  **SESCON/ Minas Gerais**
Pres.: João Batista de Almeida
Av. Afonso Pena, 748 - 24º andar 30.130-003 - Belo Horizonte/MG
Telefax (031) 273.7353
sescon@sescon-mg.com.br
-  **SESCON/Pará**
Pres.: Carlos Alberto do Rego Correa
Travessa 9 de Janeiro, 2050 - Cremação - 66063-260 - Belém/PA
Tel. (091) 259.2894 - Fax (091) 249.9768
sesconpa@nautilus.com.br
-  **SESCON/ Paraíba**
Pres.: Aderaldo Gonçalves do Nascimento Jr.
Av. Tabajaras, 1085 - 58013-270 - João Pessoa/PB
Telefax (083) 241.6930
sesconpb@zaz.com.br
-  **SESCAP/ Paraná**
Pres.: Valdir Pietrobon
R. Marechal Deodoro, 500 -11º andar - Ed. Império 80010-911 - Curitiba/PR
Telefax. (041) 222.8183
sescap@milenio.com.br
<http://www.milenio.com.br/sescap>
-  **SESCON/ Pernambuco**
Pres.: Geraldo de Paula Batista Filho
R. General Joaquim Inácio, 465 - sl.101 - 50070.270 - Recife/PE
Tel. (081) 423.6121/6954 - Fax. (081) 423.8505
sesconpe@truenet.com.br
<http://www.brasilnet2000.com.br/sesconpe>
-  **SESCON/ Piauí**
Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
R. Honório de Paiva, 607 - Piçarra 64001-510 - Teresina/PI
Telefax: (086) 222.6337
tertulino@wpoint.com.br
-  **SESCON/ Ponta Grossa**
Pres.: Luiz Valdir Slompo de Lara
R. Comendador Miró, 860 - 1º andar 84010-160 - Ponta Grossa/PR
Tel. (042) 222.1096
- Fax: (042) 222.5040
sesconpg@convoy.com.br
-  **SESCON/ Rio de Janeiro**
Pres.: José Augusto de Carvalho
Av. Presidente Vargas, 542 - Centro - sl.1906 - 20071-000 - Rio de Janeiro/RJ
Tel (021) 233.8868 - Telefax - (021) 233.8899
sesconrj@domain.com.br
-  **SESCON/ Rio Grande do Norte**
Pres.: Rui Cadete
R. Princesa Izabel, 762 - Cidade Alta 59025-400 - Natal/RN
Telefax. (084) 221.5529 - 1102
ruicadete@digicom.br
-  **SIECONT/ Rondônia**
Pres.: Antonio Sivaldo Canhin
R. Joaquim Nabuco, 2.699 - Altos - sl.4 - Bairro São Cristovão - 78902-450 - Porto Velho/RO
Tel. (069) 224.4842 - Fax: (069) 224.6625
siecont@portovelho.br
<http://www.canhin.com.br>
-  **SESCON/ Roraima**
Pres.: Maria de Fátima Bezerra da Silva
Av. Getúlio Vargas, 687-W - Centro/Anexo - 69301.030 - Boa Vista/RR
Telefax. (095) 224.5259
fatima@technet.com.br
-  **SESCON/ Santa Catarina**
Pres.: Roberto Wuthstrack
Av. Juscelino Kubitschek, 410 - 3º andar - bl.B - sl.306 89201-906 - Joinville/SC
Telefax (047) 433.9849/1131
sesconsc@sesconsc.org.br
<http://www.sesconsc.org.br>
-  **SESCON/ São Paulo**
Pres.: Aparecida Terezinha Falcão
R. Formosa, 367 - 23º andar 01049-000 - São Paulo/SP
Tel. (011) 220.5077- Fax (011) 223.3785
sesconsp@sescon.org.br
<http://www.sescon.org.br>
-  **SESCON/ Sergipe**
Pres.: Jodoval Luiz dos Santos
R. Siriri, 496 - sl. 4 - 1º andar - Centro - 49010-450 - Aracaju/SE
Tel (079) 214.0722 - Fax (079) 213.7058
sesconse@infonet.com.br
<http://www.netdados.com.br/~sesconse>
-  **SESCON/ Sul Fluminense**
Pres. William de Paiva Motta
R. Orozimbo Ribeiro, 14 - sl. 201 - Centro - 27330-420 - Barra Mansa/RJ
Tel. (024) 323.1755
Telefax. (024) 323.8318
sesconsul@uol.com.br
-  **SESCON/ Tocantins**
Pres.: Antônio Luiz Amorim Araújo
ACSE-II - Lote 1/10 - cj 4 - Sl 280 77640.970 - Palmas/TO
Telefax (063) 225.5751
audicon@zaz.com.br

FENACON

Abril de 2000



FENACON

R. Augusta, 1939 - Cjs 42 e 43
01413.000 - São Paulo - SP
Telefax (011) 3063.0937 - 282.2218

A **Revista Fenacon** é uma publicação mensal da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

Home Page: <http://www.fenacon.org.br>

Tiragem: 50 mil exemplares

Jornalista Responsável: Diva de Moura Borges.
Produção Editorial: JV & BST Comunicação -
Telefax (011) 3061.1884. R. Cristiano Viana, 561
- 1º andar - 05411.000 - São Paulo - SP

Conselho Editorial: Eliel Soares de Paula,
Annibal de Freitas, Helio Cezar Donin, Pedro
Coelho Neto, Carlos Kinas Sobrinho, Luiz
Antônio Schmidt Travaína e Euclides Locatelli.

Diretoria da Fenacon

Presidente: Eliel Soares de Paula;
Vice-Presidente - Região Sudeste:
Annibal de Freitas;
Vice-Presidente - Região Nordeste:
Pedro Coelho Neto;
Vice-Presidente - Região Sul:
Carlos Kinas Sobrinho;
Vice-Presidente - Região Centro-Oeste/Norte:
Luiz Antônio Schmidt Travaína;
1º Diretor Financeiro: Moacir Corso;
2º Diretor Financeiro: Gerivaldo Pereira Silva;
1º Diretor Administrativo: Helio Cezar Donin;
2º Diretor Administrativo: Euclides Locatelli;
Diretor de Relações Interentidades:
José Antônio de Godoy.

Suplentes

Izabel Rodrigues Liipke; Jodoval Luiz dos
Santos; Moisés Antônio Bortolotto; José
Geraldo Lins de Queiroz; Horizon Donizett
Faria de Almeida; Aguinaldo Mocelin; Mauro
Gonçalves Cardoso.

Conselho Fiscal

Iracélio Perez; José Rojo Alonso; Paulo
Bento. Suplentes: Alfredo Alexandre de
Miranda Coutinho; Aluizio Bezerra de
Mendonça; Flávio Jair Zanchin.

Delegados Confederativos

Eliel Soares de Paula
Irineu Thomé



Complexo Fenacon

As empresas de factoring no Brasil querem mostrar ao mercado que sua vocação não se resume em descontos de títulos para empresas em situação difícil. Pelo contrário, o factoring procura atuar muito mais como assessor administrativo-financeiro de pequenas e médias organizações, inclusive sendo um importante parceiro para as empresas de contabilidade.....Pág. 12

CARTAS & E-MAILS

Mensagens dos leitores 04

REFORMA TRIBUTÁRIA

Entidades de serviços compilam
"propostas da sociedade" 05

AÇÕES FENACON

■ Fortaleza recebe diretores da
Fenacon e 28 presidentes de Sescon's
para assembléia

■ Junta de conciliação trabalhista é
destaque de seminário 07

AGENDA

Principais eventos do setor 08

EM DESTAQUE

Empresa contábil transforma-se em
grupo de múltipla atuação no
Nordeste09

PESQUISA

Estudo traça perfil do empresário
contábil brasileiro11

À LUZ DO DIREITO

Lei do ICMS deve sofrer mais
alterações12

FACTORING

Muito além dos desconto
de títulos 14

LIVROS

Guia orienta execução de
contabilidade nos padrões
internacionais17

ENESC 2000

Regiões Nordeste, Sul e Sudeste
preparam encontro de empresários
da contabilidade 19

LIVROS

Lançamentos editoriais 20

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CEF alerta para pontos críticos na
declaração da Gfip em meio
eletrônico 20

REGIONAIS

Ceará, Sergipe, Santa Catarina,
Maranhão e Blumenau 21

OPINIÃO

O Real e a Contabilidade, por
Stephen Kanitz 26

Revista Fenacon

Fale com a Redação

Telefax: (011) 3061.1884

E-mail: revistafenacon@uol.com.br

JV & BST Comunicação
R. Cristiano Viana, 561
05411-000 - São Paulo - SP

Compensação

Dra. Mônica Muro, li sua reportagem na Revista Fenacon. Poderia me ajudar: tenho crédito de Finsocial junto à Receita de competência de Jan/88 até Dez/91. Quais os índices que devo utilizar para cada valor das competências para chegar a um valor atualizado dos meus créditos?

José Carlos Figueiredo
jose.figueiredo@abcbull.com.br

Nota da Redação: As dúvidas dos leitores relativas aos artigos produzidos pela Dra. Mônica Aquino de Muro (falecida em 18 de março) estão sendo encaminhadas para nosso colaborador Dr. Celso Botelho de Moraes que, na medida do possível, estará respondendo a todas.

Falecimento

Ficamos profundamente chocados e consternados com a notícia do falecimento da articulista dra. Mônica Aquino de Muro, autora do artigo "Refis - Vícios e Riscos", publicada na seção "À Luz do Direito". Com certeza, sua ausência implicará em enorme perda para todos os seus leitores e amigos.

Haroldo dos Santos Filho
Presidente do Sescon/ES

Simplex

Na revista Fenacon nº 44, na matéria sobre as opções pelo Simplex 9.317/96, no item 88 fala sobre a atividade de Representação Comercial. Poderiam me informar onde eu acho essas perguntas sobre o simplex?

Pablo Juliano Barcelos
Técnico de Contabilidade
Itajaí - SC

Nota da Redação: Os dados contidos na lista à qual se refere o leitor foram produzidos pela Net IOB. Dúvidas podem ser encaminhadas ao e-mail: netiob@netiob.com.br.

Mensagem do leitor

(...) A contabilidade gerencial amplia o conhecimento que o contador tem do cliente. Neste novo tipo de relacionamento, a confiança que os empresários depositam no trabalho do contador-consultor extrapola os limites da empresa.

Com este conceito de profissional, é quebrado também o paradigma de que o contador é conivente com a omissão de receitas por parte dos empresários. Cabe exatamente ao contador-consultor participar efetivamente deste processo arrecadatário, esclarecendo os empresários quan-

to ao processo global que envolve a apuração de gastos e geração de receitas.

Instituições como o Sebrae-MG já perceberam esta nova proposta e vêm desenvolvendo programas que proporcionam aos contabilistas condições de domínio das questões relacionadas à gestão empresarial, capacitando-os para a elaboração de diagnósticos organizacionais básicos.

O contador-consultor é, enfim, um profissional que deve ser merecedor de um crédito social, pois a confiança que o empresário deposita em nós deve ser constantemente renovada (...).

Alexandre Braga Rabello - Contador.
A. Rabello Organização Contábil Ltda.
Belo Horizonte - MG
arabello@gold.com.br

Errata

Na Revista Fenacon, edição 59, de fevereiro de 2000, foi publicado na página 21, que o 1º secretário da nova diretoria do Sescon/TO, que tomou posse no dia 18 de fevereiro, era "Gilvane Azevedo Pinto". Na verdade, o nome correto do 1º secretário do sindicato é "Gilvane Ferreira da Silva".

Sugestões

Atendendo o pedido de sugestões constante da coluna "Internet - Nivaldo Cleto", edição 50, da Revista Fenacon (Fev/2000), solicito a seguinte gentileza: 1) Tornar disponível para download, o programa atualizado do SAL (Sistema de Acréscimos Legais) da Previdência Social. A versão lá encontrada é antiga e não funciona mais com a virada do milênio. 2) Orientar como acessar as Convenções Coletivas de Trabalho, anunciadas como Serviços On-Line, na revista e no site da Fenacon (fenacon.org.br). 3) Propor a consulta na Internet, do Cadastro Nacional das Entidades Sindicais, com o objetivo de eliminar as dificuldades encontradas de como se enquadrar corretamente uma empresa em constituição. Como determinar o correto sindicato patronal e dos empregados nos casos de legalização de início das atividades, sem a posse de uma relação completa dos nomes das entidades sindicais?

ACB Contabilidade
acbcont@gbl.com.br

Colunista Nivaldo Cleto Responde:

Agradeço muito pelas sugestões e, tão logo faça alguns testes lhe responderei (SAL). Quanto ao assunto Convenções Coletivas de Trabalho, estamos tentando junto à diretoria da Fenacon, alocar uma pessoa 'full time' para navegar pelas diversas entidades sindicais que já possuem site na

internet e, também, para escanear as convenções cujos sindicatos não têm homepage. Este foi um trabalho maçante iniciado por mim, como colaborador da revista e supervisor do site que, porém, não tive condições de dar continuidade por pura falta de tempo, pois tenho que me dedicar aos meus clientes e aquela tarefa estava tomando grande parte de meu tempo. Foi por isso que deliberamos tirar do ar temporariamente. Para nós, empresários, seria por demais interessante ter um banco de dados com as convenções coletivas de todos os sindicatos do Brasil. Agora, gostaria que você me informasse seu nome completo e cidade onde tem escritório.

Troca de data

Fiquei surpreso ao ver meu nome na Revista Fenacon, edição 51, março de 2000, sendo responsabilizado pelo erro da data do exame de suficiência. Eu até poderia ter ficado lisonjeado, mas a falsa situação não me conferia essa vaidade. Simples assessor de imprensa do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, não tenho prerrogativa nenhuma sobre eventos do sistema CFC-CRCs. A primeira data do exame de suficiência foi comunicada ao CRC/PR, como sendo 25 de março, pelo CFC. Eu não a divulgaria por minha conta. Nem o CRC/PR o faria. Posteriormente houve redefinição para 26 de março. Peço que seja retirado o peso colocado indevidamente sobre minhas costas.

Joaquim Pereira Barros
Assessor de imprensa do CRC/PR

Linux

Primeiramente gostaria de parabenizar toda equipe da revista pela ótima qualidade editorial e pelo excelente conteúdo. A matéria sobre o uso do Linux está excelente, neste sentido a revista cumpre seus objetivos de informar sobre novas alternativas tecnológicas a um custo muito, mas muito mais acessível. (...) O Linux, além de ter um custo final extremamente mais baixo, oferece ao usuário a facilidade de acesso aos códigos fontes. Quanto a qualidade e performance, nem vou fazer comentários, as estatísticas e os experts em informática podem responder. (...) Acredito que as empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, informações e Pesquisas filiadas à Fenacon, devem ajudar seus clientes a ter acesso a softwares mais baratos, assim o número de usuários aumentará.

Jair Batista
Diretor Comercial - Conectiva
<http://www.conectiva.com.br>

Entidades de serviços compilam “propostas da sociedade”

Seminário nacional consolida sugestões ao texto substitutivo da reforma tributária. Entre elas, a eliminação do IVV - Imposto sobre Venda a Varejo e a manutenção do ISS na esfera municipal, mas com regulamentação federal

As entidades que integram o Fórum de debates e entidades sobre as Propostas de Reforma Tributária participaram, no último dia 12 de abril, em Brasília, do Seminário Nacional “Reforma Tributária – Uma proposta da Sociedade”. O encontro foi para discutir e avaliar o histórico das atividades do Fórum e sua sistemática de trabalho e apresentar a Proposta de Reforma Tributária elaborada pelo Grupo Técnico. O Fórum é formado pela Fenacon, Febrafite (*fiscais de tributos estaduais*), Núcleo Parlamentar de Estudos Contábeis e Tributários, Parlacon (*parlamentares que acompanham o setor de combustíveis*), CFC, Associação Brasileira de Consultores Tributários, Fecomstíveis (*varejistas de combustíveis e lubrificantes*), Brasilcom (*distribuidoras de combustíveis*), Fórum das Associações do Setor de Serviço (Abecam, Abralimp, Assert, Assertten, Assespro, IBCO, Aprag e Sindeprestem), Câmara Setorial de Serviços da CNC, e Fenavist (*empresas de asseio e conservação de São Paulo*).

Além dos representantes de cada entidade, participaram do seminário os deputados Marcos Cintra (PL/SP) e Serafim Venzon (PDT/SC). O deputado federal e presidente do Fórum, Max Rosenmann (PSDB/PR), e o deputado Federal Constituinte, José Maria Eymael, presidiram a mesa de debates.

Rosenmann agradeceu o apoio e o empenho de todas as entidades e declarou a proposta como concluída. “A nossa proposta está pronta. Agora, nós queremos que aconteça” disse e emendou: “não estamos querendo ser autores do projeto, queremos que haja Reforma Tributária”. O presidente da Fenacon “Eliel Soares de Paula”, apro-

veitou para falar da importância da Reforma Tributária para o setor de serviços e elogiou o trabalho do deputado Max Rosenmann na condução do processo. “Este é o momento para as empresas de serviços reverterem esta situação”, anunciou.

Pontos defendidos

O Grupo de Suporte Técnico apresentou um resumo dos principais pontos defendidos pelas entidades e sugestões ao substitutivo do Relator da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Federal Mussa Demes, à PEC 175-A/95.

No tocante a impostos, o Fórum defende a manutenção do ISS na competência dos municípios, permanecendo o atual sistema, porém regulamentado por Lei Complementar Federal, inclusive quanto à definição de alíquotas e fato gerador; a preservação do ICMS na esfera competencial dos estados, com a manutenção da atual repartição dos 25% de receitas aos municípios, porém criando uma legislação complementar que estabeleça alíquotas uniformes para o imposto por produtos em todo o país; e o ICA - Imposto Sobre Combustíveis Automotivos – Seletivo com incidência do ICMS de forma monofásica, repassando para os estados consumidores na medida do seu índice de consumo. Quanto ao IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo) o Fórum defende sua eliminação da proposta, em qualquer modelo tributário.

Quanto às contribuições sociais, foi defendida a extinção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de salários e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL. Defendeu-se, também, a criação da Contribuição



Para o deputado Max Rosenmann (na foto abaixo, ao centro) foi entregue à Câmara “a mais profunda e concreta proposta da Reforma Tributária realizada no país”. À esquerda do deputado, o presidente da Fenacon e integrante do Fórum, Eliel Soares de Paula



Social sobre Combustíveis, com a arrecadação destinada a substituir e dar transparência aos recursos do PPE (Parcela de Preço Específico). Como forma de custear a Seguridade Social, foi proposta a manutenção da CPMF e a criação da CVA - Contribuição Sobre Valor Adicionado, tributo de competência da União, cobrado como adicional do ICMS, do ICA e do ISS, não cumulativo, ambos com arrecadação destinada exclusivamente para a Seguridade Social e com níveis de alíquotas específicos para este fim.

No encerramento, Rosenmann lembrou que a aprovação da proposta ou parte dela depende do empenho de todos. “Hoje entregamos a mais profunda e concreta proposta da Reforma Tributária realizada no país, graças a todas as entidades”, concluiu.

Fortaleza recebe diretores da Fenacon e 28 presidentes de Sescon's para assembleia

Seguindo a política de aproximação e interiorização das atividades da Fenacon, lideranças reúnem-se na capital cearense para a primeira assembleia ordinária da entidade no ano 2000

Nos dias 13 e 14 de abril, Fortaleza sediou a primeira assembleia ordinária de 2000 da Fenacon. O evento ocorreu no Marina Hotel e reuniu lideranças dos 28 sindicatos filiados à federação. Capitanado pelo presidente da Federação, Eliel Soares de Paula, o encontro teve a coordenação do diretor da entidade e empresário cearense, Pedro Coelho de Neto e, ainda, do presidente do Sescon Ceará, Cleodon de Brito Saraiva.

“A Fenacon está presente hoje em praticamente todos os estados da federação e se consolida cada dia mais como a porta-voz dos empresários de contabilidade e demais categorias econômicas que representa na área de prestação de serviços. Isto vem sendo demonstrado claramente através da participação ativa de seus líderes em todas as regiões e a presença marcante da Fenacon nos debates dos grandes temas nacionais”, comentou o presidente Eliel lembrando da série de even-

tos ligados à reforma tributária, dos quais a presidência não tem se eximido de participar, e ainda, dos encontros regionais que estão sendo coordenados e patrocinados pela Fenacon no decorrer deste ano e que visam o aprimoramento dos empresários na condução de seus negócios.

As quatro vice-presidências da Fenacon (Região Nordeste, Região Sudeste, Região Centro-Oeste/Norte e Região Sul) promoveram reuniões individuais para tratar, entre outros temas, dos ENESCs (Encontros de Empresas de Serviços Contábeis) e detalhes da sua organização.

O encontro teve programação paralela com os membros da diretoria da entidade, que também se reuniram para discutir assuntos relativos ao expediente interno da Fenacon.

A programação da assembleia incluiu um seminário, com temas



O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula (à direita na foto acima) abre o encontro de lideranças ao lado do diretor administrativo da entidade, Helio Cezar Donin



voltados à formação de lideranças, planejamento e ainda, no campo da justiça, a utilização da Comissões de Conciliação Prévia como proposta alternativa para resolução de conflitos trabalhistas (veja matéria na página seguinte).

Outro evento importante que veio suceder as atividades da Fenacon em Fortaleza foi a inauguração da sede do Sescon Ceará, na noite do dia 14 de abril. O novo espaço de funcionamento do sindicato, próximo ao Cen-



Contabilistas do Ceará assistem à palestra do presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, em um dos salões do Marina Hotel, sede do encontro de lideranças que ocorreu em Fortaleza. Eliel destacou os impactos da revolução tecnológica no perfil do profissional de contabilidade

tro de Convenções, demonstra a grande força da classe no estado. Uma sede devidamente preparada e equipada com recursos de última geração para atender aos empresários filiados ao Sescon/CE. (veja mais detalhes na seção Regionais, à página 21)

Café da Manhã

Antecipando a abertura dos trabalhos da Fenacon em Fortaleza, o CRC/CE ofereceu um café da manhã/palestra com a participação do presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, que falou sobre o Modelo das Empresas Contábeis na Nova Economia para

um grande grupo de contabilistas sa-lões de evento do Marina Hotel. A palestra fez parte do Projeto Troca de Idéias do CRC/CE, apresentado pelo contabilista e presidente da entidade, Robinson Passos de Castro e Silva.

Eliel destacou para o público os impactos sofridos pela atividade contábil com o advento da informática na década de oitenta e, ainda, com a internet, na década de 90. Chamou a atenção para os impasses tributários que estão sendo criados com o comércio eletrônico e que hoje representam um desafio tanto para contadores como para autoridades governamentais. O presi-

dente da Fenacon pontuou sua explanação com uma série de alertas sobre a necessidade do profissional da contabilidade se preparar e se enquadrar às transformações social, tecnológica e econômica por que passa o mundo. "Não temos que ter medo do novo e do desconhecido; temos apenas que procurar nos informar a respeito". Saliou que o perfil do contador vem mudando sensivelmente, a começar pelo nível de graduação. "Antes, a maior parte dos profissionais eram técnicos, hoje o número de graduados e pós graduados em Ciências Contábeis supera o grupo de técnico", citou Eliel.

Junta de conciliação trabalhista é destaque de seminário

Estadísticas apontam que de 10% a 15% dos trabalhadores brasileiros demitidos entram com ação na justiça, reclamando direitos não cumpridos pelos seus ex-empregadores. O dado é considerado significativo sob o ponto de vista da estrutura judiciária trabalhista no Brasil e, ainda, sob o que representa de ônus ao empregador e perda de tempo do empregado, que vê arrastar demandas intermináveis na justiça. Uma saída que vem sendo apresentada são as comissões de conciliação prévia, abreviando resoluções destas demandas.

O tema em questão foi abordado advogado Flávio Obino Filho e tornou-se um dos destaques no seminário ocorrido durante a reunião de lideranças da Fenacon em Fortaleza.

Outra palestra de grande interesse dos presidentes dos Sescon's foi a

que abordou a Formação de Líderes. O consultor de empresas Eduardo Gomes de Matos mostrou que a capacidade de liderança não depende apenas da vocação do indivíduo. Este deve ser formado e preparado para ocupar um cargo de direção. E chamou a atenção para os atributos de um bom líder, segundo pesquisa feita entre liderados: honestidade, visão de futuro, capacidade de incentivar e competência.

O seminário teve ainda a participação de João de Paulo, que discorreu sobre a importância do planejamento. Ele narrou sua experiência em lidar com serviço público dentro da filosofia de que este deve existir em função da sociedade e não o contrário - inversão de valor freqüentemente observada no Brasil.



O advogado Flávio Obino (acima), explica o funcionamento das Comissões de Conciliação Prévia, cujo tema mereceu a criação de uma cartilha pela CNC. À direita, acima, João de Paulo; abaixo, Eduardo Gomes de Matos.

Agenda

Maio

III Convenção Estadual das Empresas de Serviços Contábeis, Auditoria e Perícia do Estado de Sergipe – III Coescap/SE

18 a 20 de maio
Auditório Espaço Sebrae - Multieventos
Aracaju - SE
Informações:
Tel.: (79) 213.7058 - 224.8722

XVI Encontro Nacional dos Sindicatos Patronais do Comércio e Serviços

24 a 27 de maio
Mar Hotel – Recife – PE
Informações:
Tel.: (81) 221-9280 (Sindilojas)

I Encontro de Contabilistas do Pará

25 a 27 de maio
Belém – PA
Informações:
Tel.: (91) 259-2894/ Fax: (91) 249-9768

Junho

Seminário Regional Interamericano

14 a 16 de junho
Fortaleza - CE
Informações:
Associação Inter. de Contabilidade
<http://www.respondanet.com/AIC>

XV Convenção dos Contabilistas e II Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Espírito Santo

21 a 23 de junho

Centro de Convenções de Vitória

Informações:
Tel.: (47) 433-1131 (Sescon/ES)

I Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento - Região Sul - I Enesc/Sul

22 a 23 de junho
Hotel Laje de Pedra
Canela - RS
Informações:
Tel.: (47) 433-1131 (Sescon/SC)

Agosto

III Encontro de Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento - Região Nordeste - Enesc 2000

23 a 25 de agosto
Othon Palace Hotel - Salvador - BA
Informações - Tel. (71) 312-0262 (Sescon/BA)

50ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro

24 a 26 de agosto
Hotel Glória – Rio de Janeiro – RJ
Informações: (21) 509-4080

XVII Encontro das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo

17 a 19 de agosto
Campos do Jordão – SP
Informações - (11) 220-5077 (Sescon/SP)

Setembro

III Encontro das Empresas de Serviços

Contábeis de Roraima

20 de setembro
Boa Vista - RR
Informações: Tel: (95) 224-5259 (Sescon/RR)
E-mail: fátima@technet.com.br

Outubro

XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade

15 a 20 de outubro
Centro de Convenções de Goiânia – GO
Informações: Tel.: (61) 314- 9629/9600

Novembro

VIII Seresc - Seminário Regional das Empresas de Serviços Contábeis

Novembro
Caxias do Sul - RS
Informações: Tel.: (54) 228.2425

Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento - Região Sul - I Enesc/Sudeste

22 a 24 de novembro
Centro de Convenções do Sesc
Guarapari - ES

Dezembro

XII Congresso Brasileiro de Cooperativismo (Rio Cooperativo 2000)

04 a 08 de dezembro
Rio de Janeiro - RJ
Informações:
<http://www.ocb.org.br>

Informações para coluna Agenda podem ser enviadas para o seguinte e-mail: revistafenacon@uol.com.br

Empresa contábil tranforma-se em grupo de múltipla atuação no Nordeste

Organização contábil cearense completa 25 anos de fundação com o status de um grande grupo de prestação de serviços formado por mais seis empresas de diferentes áreas de atuação: Auditoria, Recursos Humanos, Terceirização de Serviços, Locação de Mão-de-Obra, Software Contábil e Consultoria em Serviços Especializados

R eferência de qualidade na prestação de serviços no Nordeste, o grupo Marpe, com sede em Fortaleza, Ceará, comemora 25 anos de atuação no mercado no dia 28 de junho deste ano, com uma grande festa no Theatro José de Alencar. E o Grupo tem muito o que festejar. Atende a mais de 200 clientes-empresas de pequeno, médio e grande porte, nos mais diversos ramos de atividades industriais, comerciais, serviços privados e públicos em várias frentes de prestação de serviço.

A história da Marpe começou em 1975, quando os contadores Pedro Coelho Neto, Martônio Alves Coelho e Francisco das Chagas Ponte Dias decidiram investir num escritório de serviços contábeis. No início, a empresa ficou sob a responsabilidade técnica do professor Francisco Pontes, mas como ele ingressou no serviço público, já a partir do segundo ano, assumiu o mesmo papel o professor Pedro Coelho Neto.

Com muita experiência em auditoria contábil, devido a sua militância anterior, Pedro Coelho Neto direcionou a empresa para essa área. Aos poucos foi conquistando o mercado, ampliou a área de atuação e virou referência na prestação de serviços não só no Ceará, mas também no Nordeste. Mais tarde, a empresa ganhou a adesão do professor Luiz de Melo Andrade Filho, que hoje dirige o Grupo em parceria com Pedro Coelho Neto.

Atualmente, o Grupo Marpe de Serviços é formado por sete empresas: Marpe Auditores Associados S/C, Marpe Consultoria em Recursos Humanos Ltda, Marpe Locação de Mão-

de-Obra Ltda, Marpe Terceirização de Serviços Ltda, Marpe Prosoft Nordeste Ltda, Marpe Consultoria em Serviços especializados S/C Ltda e Marpe Contadores Associados S/C.

Parceria com FGV

Dentre os serviços que o Grupo Marpe de Serviços oferece, vale ressaltar o de reciclagem profissional, onde já foram recicladas mais de 50 mil pessoas, em mais de dez mil cursos. Há dois anos, o Grupo faz parceria com a conceituada Fundação Getúlio Vargas, um dos mais respeitados centros de ensino do País, para a realização de cursos de pós-graduação nas áreas de economia e administração no Ceará e Piauí.

Assessoria a grandes grupos

O grupo Marpe de Serviços também vem participando do processo de industrialização pelo qual passa o Ceará. Já contribuiu, através da prestação de serviços, para a implantação no Estado de empresas como a Fitesa a Petrocar, TendTudo, Porcelana Schmidt, Transportadora Mercúrio, Distribuidora Brahma, Ultragás, BCP Telecomunicações, RTST, Hospital Regional da Unimed, Kaiser, Intelig e CSC, dentre muitas outras.

O time do Grupo é formado por cerca de 100 profissionais, da mais alta qualificação. Entre eles, contadores, auditores, analistas financeiros, administradores, psicólogos, especialistas em terceirizados, que estão prontos para apoiar a operacionalização das empresas-clientes, levando-as rumo a globalização.



Pedro Coelho, diretor do Grupo Marpe, de Fortaleza: comemorando 25 anos com uma equipe de mais de 100 funcionários e uma carteira de clientes com mais de 200 empresas dos ramos comércio, prestação de serviço e indústria

Palestras para comemorar

“Quando uma empresa consegue completar 25 anos de mercado, sem mácula ética e com profissionalismo, só agregando amigos em sua trajetória, temos mesmo é que festejar durante o ano inteiro”, diz Pedro Coelho. As comemorações do jubileu de prata do Grupo Marpe de Serviços tiveram início em janeiro deste ano, com a palestras para os clientes com a participação de nomes como o contador José Carlos Marion, professor da USP; o professor da FGV, José Carlos Sardinha, e o Diretor do Instituto Brasileiro de Economia, Antônio Carlos Porto Gonçalves, também da Fundação Getúlio Vargas e de Bob Hastein. Presidente da NUCOR Corporation.

Estudo traça perfil do empresário contábil brasileiro

Segundo a pesquisa, 50,9% deles são graduados, mas apenas 16,7% continuaram seus estudos, o que seria um indicador de uma baixa tendência para a educação continuada

O empresário do setor de contabilidade precisa melhorar os seus conhecimentos para estar mais preparado para enfrentar a globalização. É o que aponta o trabalho de conclusão de curso da graduanda em Psicologia Lúcia Helena Victorino, da Universidade Federal de Blumenau, que analisa o perfil do empresário de contabilidade produzido a partir de pesquisa feita com 324 empresários do setor.

“O perfil desse profissional como simples guarda-livros, hoje em dia, foi completamente superado com as novas tecnologias, que absorvem tudo o que se torna rotina. Atualmente, a carreira exige que os profissionais tornem-se auditores ou assessores e, para isso, precisam incrementar as suas habilidades no campo da aprendizagem contínua.”

Para a psicóloga, a falta de preparo decorre da própria formação do empresário: segundo a pesquisa, 50,9%

deles são graduados em contabilidade, mas apenas 16,7% continuaram seus estudos na pós-graduação, o que é um indicador de uma baixa tendência para a educação continuada, fundamental para a globalização.

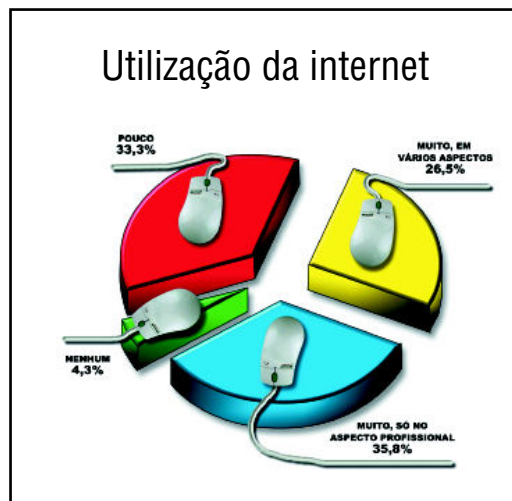
Além disso, 22,2% dos entrevistados não possuem curso superior, o que é um impedimento para o aperfeiçoamento profissional, na visão de Lúcia: “Além de ter cinco anos a menos que um empresário graduado, esse tipo de empresário não tem estímulo suficiente para fazer uma pós-graduação ou aprender um segundo idioma.”

Visão de si mesmo

Um problema apontado por Lúcia é que o empresário de contabilidade também não possui uma visão apropriada de si mesmo. Algumas perguntas que pediam ao questionado que respondesse sobre como ele era e como os outros o viam tiveram uma grande coincidência, o que levou a psicóloga a concluir que o empresário idealiza os conceitos que os outros fazem a respeito de sua personalidade. “Essa deficiência refletiu imediatamente nas respostas, que tenderam a exaltar as qualidades e evitar os defeitos”, analisa a psicóloga.

Lúcia apontou também algumas contradições entre as respostas. Apesar de 73,2% dos entrevistados responderem que têm uma cultura geral boa ou muito boa, praticamente 50% deles admitiram

Utilização da internet



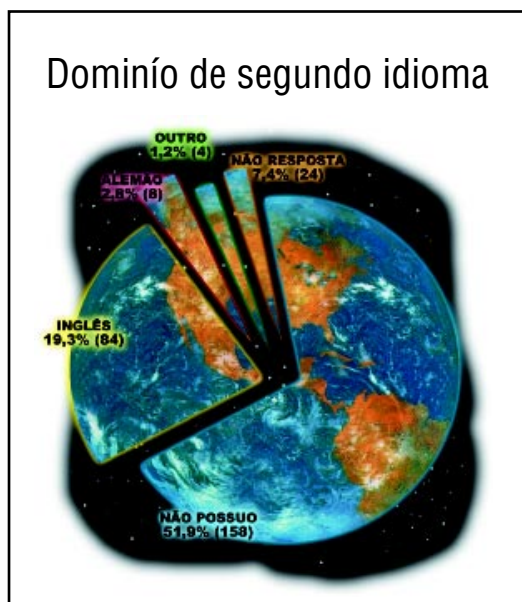
não ter uma biblioteca específica na área de contabilidade ou mesmo de assuntos gerais. Dos entrevistados, 71,3% responderam que dedicam pelo menos uma hora ao lazer por dia, mas a leitura encontra-se em segundo lugar, perdendo para o esporte, especificamente o futebol.

Segundo idioma

Em outras exigências da globalização, o empresário contabilista também está perdendo. No quesito idioma, 51,9% afirmou que não estudou uma segunda língua; 37,6% dos entrevistados não usam ou usam muito pouco a Internet e 49,4% não possui outra formação que não a contabilidade. A conclusão torna-se mais dramática se conjugarmos esses resultados ao fato que 56,2% dos entrevistados formaram-se a partir de 1981, quando o desenvolvimento das tecnologias começava a despontar.

A psicóloga menciona que, mesmo assim, houve progressos no comportamento dos empresários nos últimos anos, mas alerta que muitos ainda

Domínio de segundo idioma



Nível de especialização



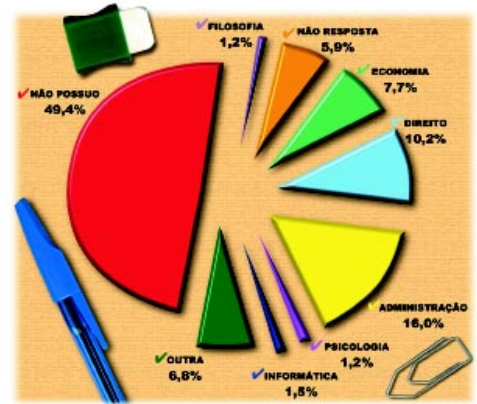
precisam correr atrás do prejuízo. “O principal conselho seria o empresário atentar justamente para o que está sendo exigido: um segundo idioma, Internet e informatização do escritório são apenas os primeiros passos necessários para recuperar o tempo perdido”.

Lúcia teve a idéia de levantar esse perfil a partir de sua experiência em casa. Ela não é contabilista, mas é casada com um contador. “Como vivo neste meio, acho que tenho alguma experiência sobre o perfil profissional do empresário de contabilidade. Geralmente, ele é mais fechado e mais inseguro. Apesar de ter havido uma evolução nos últimos anos, ele ainda precisa superar diversas limitações para enfrentar o mundo globalizado.”

A pesquisa consistiu na resposta de um questionário de 69 questões, que abordavam desde dados pessoais até comportamentos específicos dentro da empresa. Foram distribuídos 600 questionários durante a 8ª Conesc – Convenção Nacional de Empresas

e Serviços Contábeis – que reuniu 699 empresários em Curitiba em outubro do ano passado. Do total de questionários distribuídos, 324 foram respondidos, o equivalente a 54,5% do total distribuído. A estimativa da Fenacon é que haja 45 mil empresários de contabilidade no país.

Formação em outras áreas



Lei do ICMS deve sofrer mais alterações

Na tentativa de remediar possível queda na arrecadação dos estados provocada pelas Leis Complementares, governo propõe projeto que resulta de acordo com governadores

por Celso Botelho de Moraes

Como se sabe, a Lei Complementar nº 87/96 veio para traçar as diretrizes gerais do ICMS, que desde a Constituição de 1988 era regulado, provisoriamente, em nível complementar, pelo Convênio ICM 66/88.

Esta lei trouxe alterações importantes para o ICMS, dentre as quais, o direito ao crédito do imposto na aquisição de ativo fixo, material de uso e consumo, energia elétrica e telecomunicações, a exoneração do ICMS nas exportações de produtos não industrializados e semi-elaborados.

Como tais medidas significariam uma diminuição na arrecadação dos Estados, foi introduzido na Lei um mecanismo denominado “seguro-receita” mediante o qual, o Governo Federal repassaria aos Estados valores para cobrir essas perdas.

Esse sistema nunca revelou-se eficaz, fazendo com que os governadores constantemente reclamassem junto ao Governo Federal uma outra forma de compensação.

A primeira alteração veio com a Lei Complementar nº 92/97, que prorrogou a entrada em vigor do direito ao crédito sobre materiais destinados ao uso e consumo, de 1/1/98 para 1/1/2000. Posteriormente, a Lei Complementar prorrogou tal vigência para 1/1/2003.

Tais medidas, no entanto, não têm sido suficientes para remediar a queda da arrecadação dos Estados, o que provocou intensa campanha dos governadores junto ao Governo Federal, visando modificar a Lei 87/96 – a chamada “Lei Kandir”. Após várias reuniões, Governos Estaduais e Governo Federal, chegaram a um acordo, resultando no Projeto de Lei Complementar nº 114/2000

Por esse projeto, algumas das conquistas introduzidas pela Lei 87/96 serão postergadas, de modo que não tenham reflexos imediatos nas arrecadações estaduais. Com ele, são introduzidas algumas modificações importantes na Lei Complemen-

tar 87/96. Eis alguns itens essenciais:

a) A Lei Kandir tinha incluído como contribuintes, a nosso ver de modo inconstitucional, os adquirentes de lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização. Pelo projeto em tela, os adquirentes de energia elétrica proveniente de outro Estado também ficariam alçados à categoria de contribuinte.

A exemplo do que ocorre com os adquirentes interestaduais de combustíveis derivados do petróleo não destinados à comercialização, também no caso da energia elétrica, sua inserção no artigo 4º, IV, da Lei 87/96 é igualmente inconstitucional. É que a Constituição Federal diz textualmente que não incide o ICMS sobre operações interestaduais com petróleo, lubrificante, combustíveis líquidos ou gasosos dele derivado, e energia elétrica.

b) Postergação do direito do crédito do ICMS pago na aquisição de bens destinados ao ativo fixo do contribuinte. A Lei Kandir veio “permitir” o creditamento do ICMS relativo a tais bens. Agora, o projeto determina que esse crédito somente possa ser usado à razão de um quarenta e oito avos por mês, sendo a primeira fração lançada no mês da entrada no estabelecimento. Assim o valor esse crédito que hoje pode ser exercido integralmente no momento da entrada, passará, se aprovado o Projeto, a ser dividido em 4 anos.

Essas restrições impostas tanto pela Lei Kandir, como pela sua pretendida alteração, são inconstitucionais, pois estabelecem limitações não previstas na Carta Magna. O direito ao crédito do ICMS, aplicação do princípio da não-cumulatividade do imposto, não tem quaisquer restrições e/ou limitações outras que não as duas expressamente previstas na Lei Maior (art. 155, § 2º, II “a” e “b”). Dessa forma, é defeso à lei hierarquicamente inferior, mesmo em se tra-



Walter dos Santos Freitas - Agência Pool 7

Restrições impostas tanto pela Lei Kandir, como pela sua pretendida alteração, são inconstitucionais, pois estabelecem limitações não previstas na Carta Magna. O direito ao crédito do ICMS, aplicação do princípio da não-cumulatividade do imposto, não tem quaisquer restrições e/ou limitações outras que não as duas expressamente previstas na Constituição

tando de lei complementar, criar restrições, onde a Carta Magna não autoriza. A pretendida postergação do direito ao crédito do ICMS referente a ativo fixo é também, e pelos mesmos motivos, inconstitucional.

Entendemos assim, pelos motivos acima e outros argumentos que o espaço aqui não nos deixa desenvolver, que essas restrições são inconstitucionais e que a Lei 87/96, nesse ponto, é meramente interpretativa e, como tal, retroage seus efeitos ao período prescricional de 5 anos antes da mesma (datada de 11/96).

c) Restrições ao crédito do ICMS refe-

rente a energia elétrica e de serviços de comunicações.

Como se sabe a Constituição em vigor elegeu como mercadoria a energia elétrica, determinando que somente o ICMS, além dos impostos de importação e exportação, incide sobre a energia elétrica. Tal previsão fez que o ICMS pago na aquisição de energia elétrica passasse, a partir da entrada em vigor do Sistema Tributário Nacional (março de 1989), gerar direito ao crédito. Esse creditamento sempre foi objeto de restrições indevida por parte dos Estados, que costumavam exigir laudos que atestassem quanto da energia consumida pelo contribuinte era aplicada no setor produtivo e quando em outros setores do contribuinte. Em alguns casos, impediam o crédito sobre a energia consumida pelos estabelecimentos comerciais, como se os mesmos fossem uma categoria inferior de contribuintes.

A Lei Kandir veio a por um ponto final nessas limitações feitas ao arripio da Constituição, determinado que o crédito do

ICMS sobre energia elétrica pudesse ser tomado sem essas restrições. De fato, o artigo 33, II da Lei 87/96, embora limitasse a entrada em vigor desse direito a partir de 1/11/96 (limitação essa inconstitucional, pelos mesmos motivos acima) dispunha que há direito ao crédito do ICMS relativo à energia elétrica usada ou consumida no estabelecimento.

Agora, de acordo com o Projeto de alteração da Lei Kandir, somente dará direito ao crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento

1) quando for objeto de saída de energia elétrica

2) quando consumida no processo de industrialização (deixaram os estabelecimentos comerciais de fora)

3) quando seu consumo resultar em operação ou prestação para o exterior, na proporção dessas saídas ou prestações

4) a partir de 1/1/2003, nos demais casos.

Tratam-se de restrições e limitações inconstitucionais, pois à lei complementar não é dado o direito de alterar a Carta Magna.

Idêntico tratamento, também totalmente inconstitucional, é dado pelo Projeto ao ICMS referente a serviços de comunicações.

O interessante é que esse Projeto é apresentado para discussão no Congresso Nacional na mesma época em que o Deputado Mussa Demes apresentou ao Presidente da Câmara o Projeto de Reforma Tributária – Emenda Aglutinativa que, segundo se sabe, será votada no plenário.

Se a tal reforma, se aprovada tal como sugerida pela Comissão (emenda Aglutinativa) for aprovada, por que alterar a lei complementar de um imposto que deixará de existir? Parece claro que ao Governo não interessa a reforma tributária.

Celso Botelho de Moraes é advogado especialista em Direito Tributário

E-mail : celmora@uol.com.br

Economista da CNC questiona papel do Imposto sobre a Renda na reforma

O debate sobre a reforma tributária não está discutindo uma importante temática dentro do sistema de impostos do Brasil: a reformulação do papel do Imposto de Renda sobre o total arrecadado, o que seria fundamental para tornar o nosso sistema tributário menos regressivo.

Essa é a conclusão a que chega o estudo “Carga Tributária e Incidência Efetiva”, do economista Julian Chacel, membro do Conselho Técnico da CNC. Ele lembra que o Brasil tem uma carga tributária bastante próxima a dos Estados Unidos – por volta de 22% –, mas que a participação do Imposto de Renda na arrecadação atinge

somente 27,9% do total, contra 68,9% naquele país.

“Essa distinção serve para mostrar que o sistema de impostos no Brasil tem um caráter altamente regressivo de vez que, na composição da carga, 60,2% do total de tributos arrecadados resultam de impostos sobre bens e serviços que não levam em conta a capacidade de pagamento do contribuinte em relação à renda.”

O economista lembra que os produtos brasileiros também sofrem uma incidência de impostos bem maior que similares produzidos em outros países. Tomando dados da Anfavea (Associação de Fabricantes de Veículos Automotores), Chacel cita o exemplo do automóvel popu-

lar que, em sua versão básica, sofre uma incidência de impostos de 34% sobre o seu preço, mas que pode chegar a 80% se forem incorporados itens opcionais. Na Europa, esses impostos giram em torno de 15% e, nos Estados Unidos, totalizam 7%.

O economista Julian Chacel alerta que o projeto de reforma tributária deveria abranger o Imposto de Renda, sob pena da nova legislação manter a alta incidência de impostos sobre bens e serviços. “Nesse sentido, a reforma tributária é uma reforma parcial e fica mantida a carga de 60% sobre bens e serviços e a regressividade do sistema.”



Muito além dos descontos de títulos

As empresas de factoring no Brasil querem mostrar ao mercado que sua vocação não se resume em descontos de títulos para empresas em situação difícil. Pelo contrário, o factoring procura atuar muito mais como assessor administrativo-financeiro de pequenas e médias organizações, inclusive sendo um importante parceiro para as empresas de contabilidade

por Rui Santos

Conhecidas pelos famosos “descontos de duplicatas” – compra à vista de direitos de recebimento por mercadorias que serão vendidas à prazo – as empresas de factoring querem mostrar que também podem atuar em prestação de serviços. A prova disso é a surpreendente evolução dos serviços na composição das receitas das empresas de fomento mercantil, que representaram 24,28% do total de receitas de comissão em 1999, contra 0,78% registrado em 1993.

Muito mais do que um mero instrumento de desconto de títulos em situações difíceis, as empresas de factoring também podem atuar como assessoras para pequenas e médias organizações, inclusive sendo um importante instrumento para as empresas de contabilidade. Entretanto muitos pontos ainda são obscuros para grande parte do empresariado, na opinião de Luiz Lemos Leite, presidente da Associação Nacional de Factoring - Anfac, que há 18 anos organiza as atividades das empresas de fomento mercantil.

“Muitos vêem o factoring como instrumento utilizado nas horas de aperto mas, na verdade, a empresa de fomento mercantil não é uma institui-

ção que serve como tábua de salvação, mas um mecanismo criado para apoiar pequenas e médias empresas”, afirma Leite. A Anfac tem como associadas atualmente 720 empresas de fomento mercantil, que prestam serviços a aproximadamente 55 mil pequenas e médias empresas.

Leite define o factoring como a prestação contínua de serviços para pequenas e médias empresas, conjugada com a compra de direitos de crédito resultantes de vendas mercantis realizadas à prazo. Entre os serviços que podem ser prestados por essas empresas, estão o apoio para o setor de contas a pagar e a receber, alavancagem para venda de produtos, busca de novos clientes, administração de estoques e orientação para se ter uma boa contabilidade.

“Uma empresa de factoring pode ser contratada para prestar serviços sem que haja necessidade de compra de créditos, mas o contrário não pode acontecer”, adverte o presidente.

Para Leite, a participação dos serviços no total de receitas das empresas ainda é muito baixo, se comparado com os países desenvolvidos, onde as empresas de fomento são mais atuantes nesse segmento; lá, os serviços pres-

tados chegam a ser responsáveis por 90% de sua receita. “A alta taxa de compra de créditos verificada no Brasil deve-se ao longo processo inflacionário, que só agora a duras penas começou a ser controlado”, analisa Leite, que aposta em um crescimento mais acelerado para os próximos anos, caso a estabilidade econômica for mantida.

Organização da empresa

O presidente da Anfac explica que muitos empresários montam suas empresas aproveitando as suas aptidões naturais, mas deixam a parte administrativa sempre em segundo plano, o que é a causa do fracasso de muitos empreendimentos. O serviço do factoring seria justamente prestar uma assessoria nessa área, verificando, por exemplo, a frequência do pagamento de impostos ou, então, como anda a situação contábil da empresa.

Leite acredita que pode haver uma compatibilidade entre os serviços oferecidos pelo factoring e a contabilidade, na medida em que o primeiro possa ser complemento do segundo. “Não fazemos concorrência com o contador e, muitas vezes, incentivamos os nossos clientes a cuidar bem

de sua contabilidade. Sempre indicamos a busca do contador para orientar os nossos clientes.”

A Anfac acredita que o profissional contábil deve orientar seu cliente sobre quais são as verdadeiras atividades do factoring. Segundo Leite, muitos dos serviços prestados podem complementar e até mesmo coincidir com as atividades contábeis. “Pedimos para os clientes que prestem atenção nos encargos e nos impostos e fazemos uma espécie de balancete de como são as vendas. O factoring ajuda tirando essas responsabilidades rotineiras de cima do administrador e deixando-o livre para desenvolver outros projetos que visam aumentar as vendas.”

Para Leite, até mesmo uma empresa de contabilidade poderá assinar um contrato com uma factoring, com o objetivo de incrementar a sua organização administrativa e ter mais condições para desenvolver novos produtos. Em uma empresa comum, o que é vendido é o direito que a empresa tem sobre o que for produzido e vendido. No caso de uma empresa de contabilidade, esse direito seria os próprios honorários cobrados dos clientes.

Uma empresa de factoring pode ser contratada para prestar serviços sem que haja necessidade de compra de créditos, mas o contrário não pode acontecer. A advertência é de presidente da Associação Nacional de Factoring - Anfac, Luiz Lemos Leite



Factoring paulista especializa-se no atendimento a indústrias

segue, e na manutenção de um sistema de contas a receber para administrar o seu caixa. Com o factoring, ela ganha nas duas pontas, pois não precisa pagar juros de mercado para obter financiamento nem manter uma estrutura para cobrar os seus créditos. Há uma terceirização do setor, que na relação de custo-benefício é vantajosa para a empresa”, analisa Daniele.

Como comissão, a Daniele Banco cobra uma taxa de serviço “ad valorem” de 0,50%, mais o fator de compra, deduzido do valor a ser pago pelo desconto da duplicata, que em março era de 4,12%, segundo o padrão da Anfac. A comissão “ad valorem” mais o fator de compra são os meios pelos quais todas as factorings cobram os seus serviços.

A maioria dos clientes atendidos pela Daniele Banco é do setor industrial: 32% são metalúrgicas, 24% do setor sucroalcooleiro, 16% são gráficas, 10% da indústria química e 1% têxteis. Outros ramos atendidos são prestações de serviços, com 2% (incluindo empresas que queimam resíduos tóxicos), e transporte, com 9%. Demais clientes compõem 6% da carteira de factoring da empresa, que não trabalha com nenhuma empresa do setor comercial.

Pio explica que sua empresa se especializou em indústrias porque acredita que

seus produtos podem ser melhor analisados para a concessão de créditos do que os serviços. “Há um planejamento melhor e, caso alguma venda não der certo, há a possibilidade da produção ser alocada para outro distribuidor, o que não ocorre com um serviço, muitas vezes desenvolvido para somente uma empresa. Além disso, a indústria é mais duradoura. É mais difícil arrancar uma fábrica do lugar do que um estabelecimento comercial.”

Daniele ressalta a importância do factoring na organização administrativa da pequena e média empresa. “Muitos dos nossos clientes são empreendedores, mas não são bons gestores, o que requer a atuação de uma empresa de factoring para organizar a empresa. O trabalho vai além de uma simples compra de crédito, porque também entra na análise de balanço da empresa, na pesquisa e na conjuntura.”

Apesar das vantagens enunciadas na contratação dos serviços da factoring, a forma para se conseguir esse contrato é bastante burocrática. Entre os documentos exigidos, o interessado deve apresentar cópias autenticadas do contrato social, das atas e da residência da empresa e cópias simples do balanço e do balancete, que são periodicamente exigidos.



O empresário de factoring Pio Daniele atende indústrias metalúrgicas, químicas, têxteis, do setor sucroalcooleiro e gráficas

O empresário Pio Daniele, diretor da Daniele Banco Fomento Comercial e Participações, trabalha no mercado de factoring desde 1987. Há cinco anos, ele montou sua própria empresa própria, se especializando principalmente em serviços de contas a pagar e a receber. A empresa compra o direito de faturamento de uma venda feita pela indústria, pagando à vista por isso, e fica responsável pela cobrança do sacado. Essa é uma forma, segundo Daniele, da pequena empresa conseguir financiamento no mercado para a sua produção, tendo em vista que geralmente o sistema financeiro não costuma dar crédito a essa parcela da economia.

“Em um sistema normal, a indústria paga nas duas pontas: juros para obter crédito de um banco, isso quando con-

“A nossa filosofia é trabalhar com pequenas empresas, pequenos créditos e pequenas vendas, e a segurança vem porque o que avaliamos é a capacidade dos sacados de pagarem as obrigações com as empresas, fazendo um caminho completamente oposto ao dos bancos, que avaliam o patrimônio das empresas sacadoras”, avalia o presidente da Anfac.

Por causa dessa metodologia, o presidente garante que a inadimplência também é reduzida, aproximando-se de zero. “Quanto mais uma empresa for eficiente no controle dos mecanismos de administração, menor será a taxa de inadimplência”, afirma Leite.

Compra de Títulos

Apesar de estarem investindo pesado para aprimorar esse lado de serviços, as empresas de factoring não querem deixar para trás a atividade que lhes conferiu certa fama e é objeto de muita confusão, que é a compra e venda de direitos de recebimento.

Leite explica que, muitas vezes, uma empresa não tem capital de giro para comprar matérias-primas e tampouco dispõe de crédito entre as instituições financeiras. Então ela recorre a uma empresa de fomento mercantil, que compra à vista os direitos que a empresa teria sobre a mercadoria vendida, recebendo por esses direitos no prazo em que a empresa que contratou o

factoring combinou com a empresa sacada. O factoring receberia uma comissão por esse serviço, chamada fator de compra, que acompanha a variação do CDB. Em março, essa taxa era de 4,12%.

A confusão está no fato de muitos confundirem esse serviço com empréstimo de dinheiro (atividade que depende de aprovação por parte do Banco Central) e abrirem empresas de empréstimo ou de desconto de cheques com o nome de factoring. Leite esclarece que o factoring não é um empréstimo e a grande diferença é que as empresas de fomento não fornecem dinheiro para pagamento à prazo, mas no ato do contrato. A outra distinção é que as empresas de factoring somente trabalham com pessoas jurídicas.

Para Leite, o problema está no fato de que alguns ex-funcionários de instituições financeiras que decidem montar escritórios para descontar cheques e fazer empréstimos e colocaram o nome de factoring. Por causa disso, muitas pessoas passaram a ligar a expressão factoring a empréstimo de dinheiro.

Por causa dessas empresas, a Anfac passou a desenvolver mecanismos

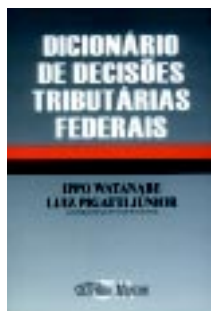
para dar segurança aos seus clientes. Um deles é o certificado de empresa associada, que todas as 720 filiadas da Anfac devem apresentar quando forem requeridas. Esse certificado faz parte de um acordo assinado no ano passado pela Anfac e a Secretaria de Direito Econômico, que representa o Ministério da Justiça. Esse acordo visa a proteção das empresas de fomento mercantil filiadas e estabelecer um sistema de cooperação técnica.

Leite ressalta a importância desse acordo na repressão a instituições que usam o nome do factoring para outros fins. “Em um ano, encaminhamos alguns casos para o SDE, a maioria anúncios de jornais oferecendo serviços de agiotagem sob a denominação de factoring. A SDE encaminha essas denúncias ao Ministério de Justiça, que toma as medidas cabíveis.”

Portanto, a Anfac aconselha todos os interessados em contratar os serviços de uma empresa de fomento mercantil a tomar bastante cuidado. O primeiro passo é consultar um dos assessores da Anfac, que poderão dizer se a empresa é filiada ou não à associação, para em seguida esclarecer todos os serviços que poderão ser realizados.

*Anfac (Associação Nacional de Factoring)
Av. Paulista, 1499, 9º andar, conj. 906, CEP. 01311-928, Tel.(11) 289-8711
e-mail factoring@originet.com.br*

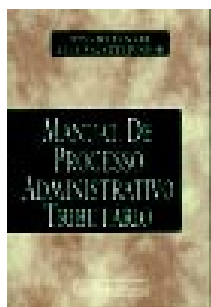
DICIONÁRIO DE DECISÕES
TRIBUTÁRIAS FEDERAIS



Título: *Dicionário de Decisões Tributárias Federais*
Autores: Ippo Watanabe e Luiz Pigatti Júnior
Editora: Oliveira Mendes
Páginas: 1.124
Preço: R\$ 83,00

Em sua segunda tiragem, a obra é uma compilação das principais decisões administrativas e judiciais sobre tributos federais, assim como legislação municipal e estadual ligadas à União, e serve de referência para contabilistas, advogados e interessados no assunto. O índice alfabético-remissivo dispõe de mais de 940 possibilidades para facilitar a pesquisa imediata do assunto de interesse, sendo que a maior parte do material coletado refere-se aos últimos 10 anos. Pode ser ferramenta de trabalho para planejamento tributário e para auditoria. Está disponível pela Internet, no site <http://www.juarezdeoliveira.com.br>.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO



Título: *Manual de Processo Administrativo Tributário*
Autores: Ippo Watanabe e Luiz Pigatti Júnior
Editora: Juarez de Oliveira
Páginas: 650
Preço: R\$ 59,00

Também direcionado para tributaristas, contadores e profissionais da área tributária, o livro levanta todos os aspectos administrativos em matéria fiscal examinados por juristas e por aplicadores na norma processual administrativa. O livro trata dos meios e provas admitidos pela legislação, e explica o procedimento dos processos e os instrumentos utilizados pelo advogado para atenuar ou agravar as acusações. A análise baseia-se na Constituição e no Decreto 70.235, de 06 de março de 1972, que regulamenta o processo administrativo fiscal. Também está disponível pela Internet, no site <http://www.juarezdeoliveira.com.br>.

Guia orienta execução de contabilidade nos padrões internacionais

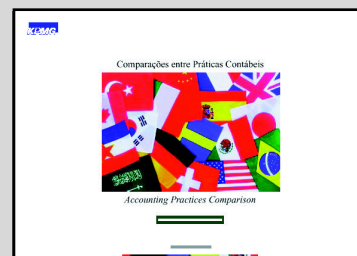
O trabalho completo está disponível no site da Fenacon, em formato PDF para download. O site é www.fenacon.org.br.

Um pequeno guia comparativo entre as práticas contábeis brasileira, norte-americana e o disposto pela International Accounting Standard (IAS), esse trabalho feito por profissionais da KPMG visa orientar o profissional interessado pelas principais normas contábeis, resumindo e dando a referência legal à respeito da prática.

“O principal atrativo para o contabilista é o fato do manual ser resumido. As legislações do USGaap (as práticas contábeis norte-americanas) são muito complexas e, assim como as brasileiras, estão muito dispersas. A facilidade está no fato de o contabilista ter fácil acesso às principais disposições e, se quiser aprofundar no assunto, ter a referência onde procurar”, explica o Gerente Sênior da KPMG, Genuíno Magalhães Christino.

A disposição das normas em três colunas facilita a apresentação dos assuntos, que tratam desde como devem ser lançados a valorização dos estoques até a recuperação dos ativos. Isso permite ao profissional diferenciar rapidamente as semelhanças e diferenças entre as disposições estabelecidas internacionalmente, no Brasil e nos Estados Unidos.

Segundo Christino, a versão em



inglês foi pensada para atender empresas multinacionais que tenham interesse em investir no Brasil. “As filiais dessas empresas poderão estar enviando esse resumo para as matrizes, que poderão conhecer um pouco mais as práticas contábeis brasileiras.”

Ao comentar sobre a comparação entre a legislação contábil brasileira e norte-americana, Christino aponta que ambas são bastante complexas mas, no Brasil, devido a influência da legislação do Imposto de Renda, muitas práticas contábeis reconhecidas internacionalmente não se aplicam no Brasil.

Um exemplo é o *leasing* financeiro que não é regulamentado no Brasil. Por causa disso, ele é considerado como *leasing* operacional para efeitos contábeis. Nos Estados Unidos, a distinção tem reflexos na prática contábil, que é diferente para cada espécie de *leasing*.

Salvador receberá empresários contábeis em agosto

Inscrições já estão abertas para o Enesc Nordeste que acontecerá de 23 a 25 de agosto, no Bahia Othon Palace Hotel

As inscrições para o Encontro de Empresários Contábeis da Região Nordeste - Enesc 2000 já estão abertas. O evento será realizado na cidade de Salvador -BA entre 23 e 25 de agosto e terá como tema "A Empresa contábil descobrindo o seu futuro". Para estimular maior participação, a organização do evento fez uma promoção para as empresas: a cada 10 inscrições realizadas, uma será gratuita.

No total, sete temas serão abordados no encontro: planejamento tributário - sanções administrativas-, marketing nas empresas de serviços contábeis, a empresa de serviços contábeis e o mundo globalizado, qualidade de vida, motivação - uma arma para eficiência -, a organização contábil - sua estrutura e funcionamento - e a empresa contábil e a administração pública.

Até o momento, estão confirmados como palestrantes Eliel Soares de Paula, presidente da Fenacon, Mário César Magalhães Mateus, Paulo Fernandes Veras e Pedro Ernesto Fabri. Durante o evento, a Fenacon, o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia e o Sescon da Bahia estarão divulgando suas principais atividades em estandes. Um deles será para promover o Conesc 2001, que será reali-



Representantes dos Sescons da Região Nordeste se reúnem para discutir a detalhes do Enesc 2000 que está sendo organizado pelo Sescon/BA

zado em São Luís (MA).

A intenção do presidente do Sescon-BA, José Rosivaldo Rios, é associar o evento ao aniversário de 500 anos do descobrimento do Brasil. "Os profissionais contábeis precisam descobrir o seu futuro dentro da globalização. Para isso, precisamos debater o papel das novas tecnologias e de como as empresas podem se preparar para o futuro."

Para Rosivaldo, a evolução da economia e o aparecimento de novas téc-

nicas tornam o mercado contábil mais competitivo, e as organizações contábeis, bem como seus profissionais, precisam buscar a atualização constante, sob pena de ficarem definitivamente alijados do mercado.

O Sescon-BA espera receber pelo menos 800 participantes, dos quais 500 serão do próprio Estado e o restante dos demais estados participantes: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte.

Maiores informações poderão ser obtidas na organizadora do evento - Frick Eventos, pelo telefone (71) - 332-6109.

Sul

Empresas de serviços contábeis e assessoramento realizam primeiro encontro da Região Sul

Enesc Sul acontecerá em 22 e 23 de junho, no hotel laje de Pedra, em Canela, cidade turística do Rio Grande do Sul

“A nova visão sócio-econômica das organizações de serviços contábeis e de assessoramento.” Este será o tema do 1º Encontro de Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento da Região Sul - 1º Enesc – Sul, que acontecerá nos dias 22 e 23 de junho, no Hotel Laje de Pedra, em Canela - RS.

O evento é uma realização dos Sescs da Região Sul, sob a liderança do Sesccon de Caxias do Sul e o apoio da Fenacon. O encontro deverá reunir 300 empresários dos setores contábeis e de assessoramento dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de debater a nova postura das empresas

do setor, diante dos efeitos da globalização e da evolução sócio-econômica do País.

No evento, serão apresentados temas atuais e de importância para os setores envolvidos como: ‘Brasil a Caminho do Primeiro Mundo’; ‘Tecnologia da Informação’; ‘Relato de uma Experiência Empresarial’; ‘Qualidade na Organização e nos serviços Contábeis e de Assessoramento’; e finalizando com a palestra ‘Importância do Atendimento’.



Sob a liderança do Sesccon de Caxias do Sul, o Enesc 2000 - Sul pretende receber em Canelas cerca de 300 empresários oriundos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

As inscrições para o 1º Enesc – Sul, poderão ser feitas junto aos Sescs de cada região: Sescap/Paraná, Sesccon/Londrina, Sesccon/Ponta Grossa, Sesccon/Santa Catarina, Sesccon/Blumenau, Sesccon/Grande Florianópolis e Sesccon/Caxias do Sul.

Sudeste

Sesccon's do Sudeste farão encontro em novembro

O balneário de Guarapari, no Espírito Santo será local do Enesc Sudeste que acontecerá de 22 a 24 de novembro, no Centro de Convenções do Sesc

O presidente do Sesccon Espírito Santo, Haroldo dos Santos Filho, responsável pela comissão organizadora do primeiro Encontro de Empresários Contábeis da Região Sudeste - Enesc 2000 - Sudeste, anunciou local e data do evento. Será no balneário de Guarapari, a 45 quilômetros de Vitória, capital do estado.

Segundo Haroldo, foram bloqueados 200 apartamentos da unidade hoteleira do Sesc que está conjugada

com o Centro de Convenções que abrigará os participantes do evento.

Os sindicatos do Sudeste, região de maior concentração de empresários de contabilidade do País, têm a expectativa de reunir cerca de 2000 pessoas no Encontro de Guarapari.

Em meados de maio está programada reunião com a comissão organizadora na qual já serão estudados os principais temas e palestrantes do evento.

Os sindicatos que participam da

realização do Enesc Sudeste são: Sesccon/MG, Sesccon Sul Fluminense, Sesccon/ES, Sesccon/RJ e Sesccon/SP.

Inscrições

Até o final de maio, os organizadores do Enesc Sudeste pretendem estar divulgando a agência de turismo responsável pelo traslado dos participantes, bem como todas a programação científica e cultural do evento.

CEF alerta para pontos críticos na declaração da Gfip em meio eletrônico

Para minimizar problemas no preenchimento da Sefip, a Caixa Econômica Federal enviou à Fenacon alguns pontos que merecem maior atenção no momento da geração do arquivo.

A partir da competência abril (recolhimento em maio) a entrega da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - Gfip, em meio eletrônico, passa a ser obrigatória na região Sul do País. Nas regiões Nordeste, Norte/Centro-Oeste e Sudeste, a obrigatoriedade será em relação, respectivamente, às competências junho, julho e agosto de 2000.

Abaixo, a relação das orientações enviadas pela CEF.

1 - A empresa de contabilidade não deve entregar, simultaneamente, GFIP declaratória e de pagamento idênticas, apenas com códigos de recolhimento diferentes, de uma mesma empresa. Essa prática irá gerar cobranças desnecessárias por parte da Previdência Social, causando transtornos para as empresas e para o INSS. Portanto, se a empresa contábil irá gerar o arquivo de 10 empresas, sendo que oito recolheram o FGTS, só haverá necessidade de se gerar arquivos declaratórios para as duas que não recolheram, pois o arquivo de recolhimento já é também declaratório.

2 - Não é necessário entregar a GFIP sem movimento (código de recolhimento 906), todos os meses, mas apenas no primeiro mês em que não houver fatos geradores de contribuições previdenciárias. Assim que ocorrer um fato gerador de contribuição previdenciária, a empresa deve voltar a entregar a GFIP.

3 - É importante que a empresa preencha corretamente os campos relativos à alíquota SAT, código FPAS e de Terceiros. Essas informações são essenciais para o correto cálculo do valor devido à Previdência Social e a sua não informação poderá gerar cobranças por parte do INSS, inclusive com a emissão de Autos de Infração, causando transtornos e despesas desnecessários para o contribuinte.

4 - Em virtude da legislação previdenciária mudar com frequência, é importante que a empresa utilize sempre a última versão disponível do Sefip, pois somente ela estará atualizada para o cumprimento das exigências legais vigentes na competência. A última versão da Sefip disponibilizada pela CEF é a 4.0. Para isso, o contribuinte deve consultar com frequência as páginas da CEF e do MPAS na internet ou ligar para o PREVfone (0800 780191) ou Disque Caixa (0800 550101).



Os Conselhos Federais de Contabilidade, Administração e Economia, o Ibracon e o Gimcea (Grupo de Integração do Mercosul – Contabilidade, Economia e Administração) estarão promovendo debates na área econômica e fiscal do Mercosul, no VI Encontro de Contadores, Economistas e Administradores do Mercosul, nos dias 1º a 03 de junho de 2000, no Hotel Continental, em Canela (RS). Durante o congresso, estarão trabalhando quatro comissões que discutirão os aspectos trabalhistas no Mercosul (incluindo mercado de trabalho e sistemas trabalhistas), fomento de investimentos e coordenação de políticas regionais, mediação e arbitragem e aspectos fiscais no bloco econômico. A organização do evento está sob responsabilidade do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul e dos Conselhos Regionais de Administração e de Economia do Rio Grande do Sul. Para maiores informações, o interessado deverá ligar para 51-228-7999, ou pela Internet: www.crcrs.org.br ou e-mail www.crcrs@crcrs.org.br.

Dia do Contabilista

Em 25 de abril, foi comemorado o dia do contabilista em todo o país. Vários conselhos regionais e sindicatos lembraram a data com coquetéis e distribuição de títulos a profissionais de destaque do setor.

Diretoria da Fenacon

O suplente de diretoria Gerivaldo Pereira da Silva (foto à direita), empresário contábil de Goiânia-GO, assumiu interinamente, em abril, o cargo de diretor financeiro da Fenacon.



Revista FENACON

Para anunciar ligue

(11) 3061.1884

Ceará

Sescon/CE inaugura sede própria em Fortaleza

Foi inaugurada no dia 14 abril, a nova casa do empresário contábil do Ceará. A sede própria do Sescon/CE tem 67, 5 m² de área e possui recepção, sala de estar e sala de reuniões, onde serão realizadas as rotinas administrativas e as reuniões da diretoria do sindicato. Estiveram presentes na cerimônia de inauguração diversas autoridades contábeis, como o presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula; os vice-presidentes da entidade, Annibal de Freitas e Pedro Coelho Neto (ex-presidente do Sescon/CE), além de presidentes dos Sescons de todo o País.

Também compareceram à solenidade, o vice-presidente do CFC, José Martônio Alves Coelho; o presidente do CRC/CE, Robson de Castro e Silva, e o superintendente da Receita Federal do Ceará, Paulo de Tarso.

A nova sede do Sescon/CE está localizada na zona nobre da capital Fortaleza, no bairro Edson Queiroz, próximo ao *campus* da Universidade de Fortaleza – Unifor e do Fórum Clóvis Beviláqua. “Com a sede própria, nos estruturamos para alcançar vãos mais altos em prol da classe empresarial contábil do Ceará”, ressaltou Cleodon de Brito Saraiva, presidente do Sescon/CE.

Nova endereço do Sescon/CE

Av. Washington Soares, 1.400, sala 401
Edif. Juridical Center - Bairro Edson Queiroz
60811-341 - Fortaleza - CE
Tel.: (85) 224-9539 - 9977.3448 (provisório)



O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula (à direita) decerra a placa de inauguração da nova sede do Sescon Ceará ao lado do presidente do sindicato, Cleodon de Brito Saraiva

Solenidade é marcada pela presença de várias autoridades do meio contábil e ainda, pelas bênçãos do padre Salles



Um requintado coquetel preparado pelo Buffet Barbaras encerrou as comemorações de 14 de abril pelo Sescon/CE

Sescon/SE divulga programação oficial da III Coescap/SE

A comissão organizadora da III Convenção Estadual das Empresas de Serviços Contábeis, Auditoria e Perícia do Estado de Sergipe – III Coescap/SE definiu a programação oficial do evento. A convenção acontece de 18 a 20 de maio, no auditório do Espaço Sebrae Multieventos, em Aracaju. A realização é do Sescon/SE em conjunto com a Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Sergipe – Apejese.

A programação técnica se destaca pela diversidade de temas, que serão abordados por alguns dos principais nomes do segmento contábil brasileiro. O presidente da Fenacon, Eliel Soares de Paula, será um dos palestrantes. Ele falará sobre 'O modelo das empresas de serviços contábeis, face a nova economia', no segundo dia de evento.

III Convenção Estadual das Empresas de Serviços Contábeis, Auditoria e Perícia do Estado de Sergipe

Dia 18 (quinta-feira)

13 às 18h - Credenciamento/Secretaria Evento

20h - Sessão solene de abertura

Palestra: 'Aracaju no século XXI'

Palestrante: João Augusto Gama da Silva – prefeito de Aracaju

Entrega de comendas - Coquetel

Dia 19 (sexta-feira)

09 às 10h20 - Palestra: 'Mediação e arbitragem no mundo dos negócios'

Palestrante: Antônio Marques Neto - Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem/ Confederação Brasileira das Associações Comerciais

10h30 às 12hs - Palestra: 'Perícia contábil'

Palestrante: Netônio Bezerra Machado – Tribunal de Justiça

14 às 15h45 - Palestra: 'O modelo das empresas de serviços contábeis, face a nova economia'

Palestrante: Eliel Soares de Paula – presidente da Fenacon

16 às 18hs - Palestra: 'Qualidade total nas empresas de serviços contábeis'

Palestrante: José Emílio Calado – Sescon/PE

Dia 20 – Sábado

09 às 10h20 - Palestra: A veracidade das informações contábeis nos crimes governamentais x escândalo

Palestrante: Daniel Salgueiro – Sescon/AL

10h30 às 12hs - Palestra: A responsabilidade do contador no trabalho de auditoria

Palestrante: José Aparecido Maion – CRC/SP

Encerramento

Informações: (79) 214-0722/ 213-7058/213-7190 (Sescon/SE)

Maranhão

Convênio com Banco do Brasil propicia linha de crédito e acesso ao Clube da AABB

Em reunião, no dia 30 de março, foi firmado convênio entre o Sescon/MA e a agência Palácio dos Leões, do Banco do Brasil, na capital São Luís. O gerente da agência conveniada, Edson Araújo de Souza explanou aos diretores do sindicato sobre a parceria que disponibilizará empréstimos de capital e investimentos para a ampliação de negócios de micros e pequenas empresas.

Caberá às empresas contábeis prestar orientação a seus clientes sobre as formalidades do empréstimo, assim

como a análise prévia da documentação e da viabilidade dos projetos apresentados.

AABB

Pelo convênio, os associados ao Sescon também terão acesso à Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB, usufruindo, juntamente com familiares, de infra-estrutura de lazer com piscina, campo de futebol, ginásio e res-

taurante. O ingresso nas dependências do clube será permitido durante a vigência do convênio.

Flytour

O presidente do Sescon/MA, José Ribamar Pires de Castro Filho acompanha a reunião juntamente com diretores do sindicato. Neste mesmo dia, o Sescon/MA firmou convênio com a empresa Flytour Viagens e Turismo. O diretor da empresa, Eugênio Pedro, anunciou



Na foto acima, o gerente da agência do Banco do Brasil de São Luís, Edson Araújo de Souza explica detalhes do convênio firmado com o Sescon/MA



Mais parcerias. Em pé, o diretor da Flytour Viagens e Turismo, Eugênio Pedro, anuncia em reunião com a diretoria do Sescon/MA, tarifas turísticas diferenciadas para os segmentos assistidos pelo sindicato

que, de acordo com o volume de negócios com os associados, a Flytour buscará obter junto ao mercado turístico tarifas diferenciadas para os segmentos assistidos pelo sindicato.

Os associados que optarem pela Flytour terão descontos em passagens aéreas nacionais e internacionais (dentro do convênio já firmado com a Transbrasil – matéria na edição 47) e em pacotes turísticos, cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural, locação de táxi aéreo e veículos e eventos. Os descontos em hospedagem serão obtidos junto a rede de hotéis conveniados a Flytour. Para a utilização dos convênios, basta a apresentação da carteira de associado do Sescon/MA.

Clientes avaliam empresas contábeis de Blumenau

Levantamento do Sesccon Blumenau pretende mostrar ao associado como ele está em relação ao todo e em que pontos ele pode trabalhar para melhorar os seus serviços e atendimento

O Sesccon/Blumenau concluiu a segunda pesquisa "Avaliação do mercado e dos serviços prestados em assessoria e escrita fiscal", com o objetivo de obter o conceito dos clientes sobre as empresas contábeis filiadas ao sindicato. O resultado, com análise de dados e gráficos, foi apresentado aos associados, durante evento de confraternização do Sesccon/Blumenau. Foram analisados 172 empresas-clientes.

"A pesquisa visa mostrar ao associado como ele está em relação ao todo e em que pontos ele pode trabalhar para melhorar os seus serviços e atendimento", destacou Carlos Roberto Victorino, presidente do Sesccon/Blumenau.

Confiabilidade

Parte das perguntas apresentadas no formulário de pesquisa abordava o atendimento dos departamentos das empresas de contabilidade nos aspectos: confiabilidade, consultas e pontualidade. A pesquisa de qualidade, que é bienal, ainda abordou questões como: periodicidade e aspectos gerenciais tratados nos balancetes; participação da empresa contábil nas decisões estratégicas da empresa; conhecimento sobre a legislação em vigor por parte dos profissionais contábeis e adequação dos honorários aos serviços contábeis prestados.

Fidelidade

A amostra total revelou que, nos últimos dois anos, 87, 21% do entrevistados se mantiveram clientes de suas respectivas empresas contábeis. "O índice caracteriza uma fidelidade muito alta às empresas de contabilidade", destacou Victorino. A pesquisa pediu também uma avaliação sobre os ser-

Razões apontadas pelos clientes por terem mudado de prestador de serviço nos últimos 2 anos

- Falta de Organização (eficiência, competência entendimento)
- Mal atendimento (funcionário mal educado)
- Lentidão para fornecer documentos ou realizar serviços
- Honorários muito altos
- O antigo escritório fechou
- Atraso nos pagamentos, ocasionando multa
- Mudança para um escritório de amigo ou parente
- Erros de cálculo provocando prejuízos
- Devido ao crescimento mudou para outro que oferecesse mais serviços
- Incompetência na execução das atividades de modo geral
- Preferência a escritório localizado mais próximo da empresa
- Falta de comunicação
- Falta de Orientação
- Falta de repasse de informação
- Desvio de dinheiro destinado a pagamentos de tributos (roubo)
- Mudança de dono ou de ramo de atuação
- Cobrança de impostos com valores aumentados "propositalmente"

- Os itens enumerados acima foram apontados por entrevistados que disseram sim à pergunta: "Mudou de empresa contábil nos últimos dois anos?"

- Este grupo representou, no total geral, 12,79% dos empresários-clientes entrevistados pelo Sesccon/Blumenau

viços prestados em relação a três aspectos: pontualidade, confiabilidade e consultas feitas. Todos os três itens obtiveram o mesmo conceito: 94, 77% de ótimo e bom.

Em seguida, a pesquisa perguntou quais os principais aspectos que contribuíram para os conceitos citados no parágrafo anterior. Um total de 65, 70% citou a pontualidade dos serviços; 50%, competência, eficiência, pontualidade, profissionalismo e responsabilidade; 48, 26%, rapidez no atendimento, e 46, 51%, confiança, hones-

tidade e correção (a pergunta permitiu até quatro respostas múltiplas).

Balancetes

A pesquisa também revelou que 43, 02% das empresas contábeis produzem balancetes mensais. Considerando o total de empresas que apresentam aos seus clientes balancetes mensais, bimestrais e trimestrais, esse índice sobe para 55, 39%. Victorino avalia o resultado como um bom índice. Segundo ele, o próprio mercado vem, cada vez mais, exigindo do profissional contábil infor-

mações abrangentes e rápidas.

A pergunta seguinte “Que aspectos gerenciais são tratados nos balancetes?” comprova a avaliação do presidente do Sescon/ Blumenau. Um total de 51,74% citou que inclui no documento uma análise de balanço da empresa-cliente. Para Victorino, o dado demonstra que há uma preocupação do empresário contábil em transformar o balanço em um instrumento de informações para a tomada de decisões gerenciais por parte da empresa-cliente.

Por outro lado, a pergunta “Que participação tem a empresa de contabilidade nas decisões estratégicas de seu cliente?” mostra que a iniciativa do empresário contábil em se colocar de forma mais presente como consultor ainda é tímida. Apenas 15,70% participam ativamente das decisões estratégicas de seu cliente, enquanto 29,65% não participam e 54,65%, apenas quando solicitados. “Os números

mostram que o empresário contábil ainda tem pouco contato com o cliente”, reconhece Victorino.

Mas as informações seguintes mostram que os empresários contábeis estão preparados para assessorar seus clientes nos aspectos legais. Do total de entrevistados, 92,44% consideram ótimo e bom o conhecimento dos profissionais de contabilidade sobre a legislação em vigor. E 86% disseram que as alterações legais são repassadas pelos contadores em tempo hábil para a tomada de decisões.

Importância da contabilidade

E vale o alerta com relação à pergunta “Que importância você atribui à contabilidade como um sistema de informações?”. Ela recebeu consideração ‘muito importante’ de 93,60% dos entrevistados, o que mostra que o produto do conhecimento oferecido pelo profissional contábil está sendo valo-



Pesquisa aponta fidelidade muito alta do cliente às empresas de contabilidade, avalia o presidente do Sescon/Blumenau Carlos Roberto Victorino

rizado como ferramenta gerencial pela quase totalidade dos empresários.

Os associados ao Sescon Blumenau receberam dois resultados da pesquisa, um global e outro relacionado especificamente à empresa.

Santa Catarina

Sescon/SC mantém linha direta com a categoria através da Internet

Ao fazer um balanço das atividades do primeiro trimestre, o presidente do Sescon/SC, Roberto Wuthstrack, disse que a entidade está investindo principalmente em abastecer os associados e filiados de informações em tempo real, utilizando como ferramenta a Internet.

Para desenvolver este trabalho, o Sescon/SC organizou um mailing com 1.580 empresas cadastradas. Em janeiro, fevereiro e março, foram enviados para empresas associadas 9.282 e-mails. As empresas filiadas à contabilidade, assessoramento e escritórios autônomos receberam 17.094 e-mails. Outras empresas foram informadas com 2.037 e-mails, totalizando 28.413 boletins Net* IOB.

O Sescon/SC enviou ainda e-mails de orientação para a categoria. As empresas associadas tiveram acesso a 14.447 e-mails, as filiadas à contabilidade, assessoramento e escritórios autônomos receberam 20.337 e-mails e para outras empresas foram enviados 8.381 e-mails, chegando a 43.165 que, somados aos boletins Net* IOB, totalizaram 71.578 e-mails. As demais atividades da entidade, de janeiro a março, foram as seguintes

Balanço de Atividades do Sescon/SC 1º Trimestre Ano 2000

Reuniões

Diretoria	02
Fecontesc.....	01
Grupo de Estudos Tributários	01
Grupo de Estudos RH.....	01
Comitê de Comunicação.....	01
Representação Diretores	04
Cursos/seminários/Palestras	69

Treinamentos

Seminários	
Em parceria	16
Próprios	01
Cursos	
Em parceria	26
Próprios	02
Palestras	
Em parceria	24

Total profissionais treinados 2.439

O Real e a Contabilidade

Stephen Kanitz

Um dos grandes equívocos cometidos nestes últimos trinta anos por quase todos os nossos notáveis economistas foi a crença em que um país forte depende de uma moeda forte. Quando do seqüestro da poupança nacional, em 1990, medida considerada por muitos inconstitucional, um famoso economista brasileiro afirmou na televisão que era mais importante defender a moeda que defender a Constituição. Frase perigosa para uma nação que acabara de sair de uma longa ditadura. Imaginem se os engenheiros brasileiros tomassem o poder afirmando que defender o comprimento do metro é mais importante que defender a Constituição do Brasil.

Não é a moeda de um país que precisa ser forte. É a contabilidade que deve ser forte e precisa. Todo país requer um sistema de referência confiável, que permita aos indivíduos registrar e comparar preços. Não que nossos economistas não soubessem disso, mas achavam que a única saída era lutar por uma moeda forte, o que traria como conseqüência uma contabilidade forte. Administradores e contadores havia décadas alertavam políticos brasileiros que a ordem era inversa: uma contabilidade forte traria como conseqüência uma moeda forte. Como de fato ocorreu no Plano Real.

Por quatro meses em 1994 contabilizamos a nação inteira, preços e salários, numa base nacional sólida e forte que era a URV. Lentamente, a população readquiriu o senso de caro e barato, porque pela primeira vez em trinta anos ela teve uma contabilidade confiável para tomar suas decisões de compra. Resolvemos finalmente o problema da inflação do Brasil. Planos contábeis são por definição transparentes, e pela primeira vez na História do Brasil implantou-se um plano que não foi urdido em gabinetes às escondidas, ou na calada da noite por jovens intelectuais, tomando a população de surpresa. Enquanto os planos da ciência econômica distorciam nosso sistema de preços por meio de congelamentos e seqüestros, o Plano Real fez justamente o contrário: resgatou-o.

Em 1995, FHC promulga a Lei nº 9249 que, pasmem, proíbe todas as empresas brasileiras de ter uma contabilidade forte, obrigando-as a contabilizar tudo em real, uma moeda que já enfraqueceu 94% desde 1994. Hoje, nenhuma empresa



“Não é a moeda de um país que precisa ser forte. É a contabilidade que deve ser forte e precisa.”

nacional nem investidor têm a mínima noção de seu verdadeiro lucro. Isso corrói o sistema de informações das companhias brasileiras, o que, para um administrador, contador, engenheiro ou qualquer cientista empírico, é algo simplesmente inacreditável e inconcebível. Todas as moedas do mundo, inclusive o dólar, são fracas, por mais que digam o contrário Paul Krugman e Alan Greenspan. Por isso, países que se baseiam em princípios de livre informação precisam de contabilidade forte, seja em URV, seja em IGP-contábil, o nome não importa.

Por nunca termos tido uma contabilidade forte neste país, exceto nos quatro primeiros meses do Plano Real, enfrentamos inúmeros problemas, como corrupção, incapacidade de auditar contas públicas corretamente, juros elevados pela incerteza de mensuração, demandas de salário mínimo acoplado à moeda estrangeira, a Justiça entupida por ações meramente contábeis, como a do FGTS atualmente no Supremo, a crise da Previdência, baixa poupança nacional. Por falta de confiança em nosso sistema de mensuração, o governo é obrigado a emitir títulos cambiais em outras moedas, investidores preferem aplicar na Suíça, continuamos impossibilitados de comparar preços, estamos lentamente descapitalizando a empresa brasileira por impostos sobre lucros e dividendos fictícios.

Perdemos novamente nossos pontos de referência. Utilizamos padrões distintos: alguns usam o real, outros o dólar, a TR, o IGP ou múltiplos do salário mínimo. Uma torre de Babel.

Não que tudo isso coloque o Real em risco, mas estamos pagando um preço elevado em termos de desemprego, juros altos e recessão desnecessariamente. Hoje, ninguém mais duvida de que nunca mais teremos em nossa vida uma inflação de 15% ao mês. No primeiro sinal de descontrole inflacionário, algum leitor se lembrará de que a saída não é fazer um congelamento de emergência, e sim criar uma contabilização forte como fizemos no Real.

Defender um sistema de referência nacional forte pode parecer picuinha intelectual, um mero detalhe. Mas, tanto quanto a Constituição, nenhum país pode dispensar um forte sistema de mensuração para se guiar em relação ao futuro.

Stephen Kanitz é administrador (www.kanitz.com.br)

Artigo publicado na edição Edição 1 647 da revista Veja (3/5/2000). Reproduzido com autorização do autor

